

Reforma Administrativa é pauta da Live – Série ANFIP do dia 11



LIVE Série ANFIP

REFORMA ADMINISTRATIVA
Reconstruir ou destruir o serviço público

Fabiano dos Santos
Coordenador-geral da Fenajufe –
Federação Nacional dos Trabalhadores do
Judiciário Federal e Ministério Público da União

Rudinei Marques
Presidente do FONACATE – Fórum
Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado

José Rodrigues Costa Neto
Coordenador-geral do Sindjus-DF –
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU

Décio Bruno Lopes
Presidente da ANFIP

Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Vice-presidente de Assuntos
Fiscais da ANFIP

José Avelino da Silva Neto
Vice-presidente de Assuntos
Parlamentares da ANFIP

[/anfip.nacional /agenciaservidores](#) [YouTube /anfipoficial /agenciaservidores](#) **11/11 QUARTA 10H**

“Reforma Administrativa – Reconstruir ou destruir o serviço público” é o tema da próxima Live – Série ANFIP, que acontece no dia 11 de novembro, a partir das 10 horas, nas redes sociais da ANFIP.

O presidente Décio Bruno Lopes, a vice-presidente de

Assuntos Fiscais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, e o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto, recebem para o debate:

- Fabiano dos Santos – Coordenador-geral da Fenajufe – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União
- Rudinei Marques – Presidente do FONACATE – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado
- José Rodrigues Costa Neto – Coordenador-geral do Sindjus-DF -Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU

A mediação é do jornalista Sérgio Lerrer. A transmissão acontece nos seguintes canais:

- Facebook ANFIP – <https://www.facebook.com/anfip.nacional/>
- Youtube ANFIP – <https://www.youtube.com/user/Anfipoficial>

Associado, participe do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias

Quer expressar sua criatividade e mostrar ao público seu talento? Então prepare suas ideias que até o dia 18 de dezembro estão abertas as inscrições para o I Concurso de Contos, Histórias e Poesias para os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Em meio ao contexto ocasionado pela pandemia do coronavírus, o projeto surge com o intuito de estimular o desenvolvimento cultural e a formação lúdica e humanística da categoria, transformando experiências em arte literária.

O regulamento do concurso, contendo todos os detalhes necessários aos interessados, pode ser acessado [AQUI](#).

As produções enviadas poderão ser cadastradas nas categorias de Poesia e/ou Conto e História. Não há limite quanto à quantidade de trabalhos enviados por inscrito. Serão premiadas as três melhores produções. Para os demais colocados será conferida menção honrosa.

- 1º lugar: R\$ 5.000,00;
- 2º lugar: R\$ 3.000,00;
- 3º lugar: R\$ 2.000,00.

As inscrições deverão ser realizadas até às 23h59min



**I CONCURSO DE
CONTOS,
HISTÓRIAS
E POESIAS**
dos Auditores Fiscais
em quarentena

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

**INSCRIÇÕES ATÉ
18 DE DEZEMBRO DE 2020**

**R\$ 10 MIL
EM PREMIAÇÕES**

(horário de Brasília) do dia 18 de dezembro. Poderão participar os Auditores Fiscais ativos, aposentados e pensionistas já associados à ANFIP e os Auditores que venham a se associar à Entidade até a data de inscrição do evento.

Outras informações importantes podem ser acessadas no hotsite exclusivo do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias da ANFIP – [AQUI](#).

**Entidades analisam PEC 32/20
com integrantes do governo**
Página 2

**Comissão ANFIP do Futuro avalia
projeto de marketing**
Página 4

**Conselho Fiscal realiza reunião
ordinária**
Página 5

ANFIP prepara novidades para o fim do ano

O fim de ano está chegando e a ANFIP promoverá uma animada confraternização com seus associados. Este ano, com todas as limitações impostas pela pandemia, o evento será virtual. Isso significa que associados do país inteiro

poderão se reencontrar e vivenciar momentos de integração, regados a muito afeto e carinho, com toques de arte e cultura. Aguarde!! Será em dezembro e, em breve, serão divulgados todos os detalhes.

Entidades analisam pontos da PEC 32/20 com governo federal

Em mais uma rodada de debates com representantes da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) apresentou preocupações com o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da Reforma Administrativa.

Pela SGP, participaram o secretário Wagner Lenhart, Cléber Izzo (diretor de Relações de Trabalho no Serviço Público) e José Borges Filho (coordenador-geral de Negociação Sindical no Serviço Público).

Rudinei Marques, presidente do Fonacate, iniciou agradecendo à SGP pela solução de problemas com as consignações, e saudando a iniciativa do diálogo. Avaliou, no entanto, que o atual cenário político e social, com as múltiplas crises causadas ou intensificadas pela pandemia, inviabiliza a tramitação da PEC 32 em 2020.

Marques também observou que depois de dois meses de estudos da matéria, fica evidente que a PEC 32/2020 atingirá duramente os atuais servidores, não obstante o discurso oficial de que as medidas só atingirão os futuros servidores.

Dentre os impactos negativos da reforma, Marques citou a multiplicação dos regimes jurídicos, um para os atuais servidores, outro para os que entrarem depois de eventual emenda constitucional e, ainda, um terceiro regime, para servidores que entrarem após lei complementar de regulamentação dos vínculos públicos. Além disso, alertou

que a criação dos chamados “cargos de liderança” significará aparelhamento generalizado da administração pública por cargos comissionados, que poderão inclusive exercer funções estratégicas como as das carreiras de Estado.

O secretário Wagner Lenhart respondeu que é preciso fazer esse “movimento pela modernização da gestão pública”. Segundo ele, o governo tem “a convicção de que a PEC tem um texto voltado para a melhoria da gestão no país e esses desafios quanto ao aumento da quantidade de regimes jurídicos e vínculos de experiência serão superáveis ao longo do tempo”, citando o exemplo do que aconteceu na Previdência, com a criação da previdência complementar do servidor público. Disse ainda que os atuais servidores e os que entrarem até a edição de lei complementar regulamentadora serão mantidos nos atuais regimes jurídicos.

A Instrução Normativa (IN) 109/2020, que trata do retorno presencial dos servidores públicos às repartições, também foi abordado pelas afiliadas ao Fonacate. Ajustes como tornar obrigatório o uso de máscaras e de todas as medidas de segurança, instituídas pelo Ministério da Saúde, assim como incluir diabéticos no grupo de risco, foram solicitados.

Outro item da pauta foi a definição dos cargos típicos de Estado. José Borges Filho argumentou que o tema enseja um aprofundamento nos referenciais teóricos sobre o Estado e seus agentes. Rudinei Marques, então, sugeriu que

esse referencial seja pesquisado e estudado pela SGP e pelo próprio Fórum, nos próximos meses, para que depois se defina uma dinâmica de discussões com acadêmicos, especialistas, governo e entidades de classe, com um calendário bem definido.

O secretário Lenhart concordou e disse que um projeto de lei para a regulamentação do artigo 247 da Constituição Federal demanda um grande debate entre governo e os representantes do funcionalismo. Segundo ele, “o governo não pretende apresentar tão cedo uma proposta para esse ponto, que deve ser tratado depois de aprovada a PEC 32”.

As afiliadas ao Fonacate cobraram também uma solução para a manutenção em folha dos dirigentes de classe liberados para mandato sindical. Cléber Izzo informou que o assunto será resolvido em breve, mas preferiu não fixar uma data para que isso aconteça.

Para Wilson Antonio Romero, assessor de Estudos Socioeconômicos, que representou a ANFIP na reunião, é “importante a reabertura do diálogo sobre pautas de interesse dos Auditores Fiscais, como o retorno presencial e as regras decorrentes da Reforma Administrativa”.

Nesta reunião participaram representantes das afiliadas: ANFIP, Anpprev, ACPF, ADPF, AOFI, Anesp, AACE, ANPM, Anadep, Fenafisco, Fenaud, Sinagencias, Sindsusep, Sinaif, Sinal, Sindifisco e Unafisco.

Fonte: Fonacate.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251-8100
Whatsapp: (61) 98289-5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIO
Marina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Novo Caderno da Reforma Administrativa avalia impactos para atuais servidores

Foi lançado na quinta-feira (5/11) o décimo quarto Caderno da Reforma Administrativa, organizado pelo Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), da qual a ANFIP é integrante, em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil). A publicação com o tema “O Impacto da Reforma Administrativa para os atuais Servidores Públicos” é de autoria da assessora jurídica do Fórum, Larissa Benevides.

O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, destacou que o Caderno deixa evidente que o discurso do governo de que a reforma não atinge os atuais não se sustenta. “O estudo consolida inúmeros debates realizados desde a apresentação da PEC 32/20, com a fundamentação jurídica dos equívocos desse discurso”, frisou. Segundo Marques, os cargos em comissão, que são hoje ocupados por servidores de carreira, poderão, se a PEC for aprovada como está, ser ocupados por agentes sem vínculo com o serviço público, apadrinhados políticos e aqueles que fazem campanha para o governo. “É um exército de possíveis cabos eleitorais, pagos pelo povo, exercendo cargos técnicos. O governo abre a porteira para um aparelhamento sem precedentes”, lamentou.

O deputado Professor Israel Batista (PV/DF), coordenador da Servir Brasil, observou que a reforma precisa ser tratada com o devido interesse e preocupação quanto aos seus efeitos. “Não estamos contra o aperfeiçoamento do serviço público,



mas temos que evitar equívocos que podem ter consequências graves. Os cadernos aumentam o nível de conscientização da sociedade brasileira”, destacou. Os trabalhos da Frente podem ser acompanhados por meio das redes sociais @profisrael e @servirbrasil.

Larissa Benevides, autora da edição, afirmou que o trabalho é extremamente importante, pois trata da relevância do tema não só no cenário político como também no jurídico. “O Judiciário precisa se manifestar em diversas ocasiões. O objetivo é deixar às claras o que atinge os atuais servidores. Os direitos dos servidores não estão resguardados com a reforma. Há regras escondidas ao longo do texto e trarão consequências”, afirmou.

Confira [AQUI](#) todos os cadernos lançados.

ANFIP acompanha debate sobre PEC 32/2020

A TV Vermelho recebeu, em live no seu canal do Youtube, na terça-feira (3/11), Vladimir Nepomuceno, assessor da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, da qual a ANFIP é integrante, para um bate-papo sobre a Reforma Administrativa. O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, acompanhou a entrevista conduzida pelo jornalista Iram Alfaia.

A PEC 32/20 (Reforma Administrativa) foi criticada por Vladimir Nepomuceno, que desconstruiu alguns argumentos utilizados pelos representantes do governo que apoiam a Reforma que pretende desmontar o serviço público.

Ao abordar o suposto inchaço no serviço público apresentado pela proposta do governo, Vladimir afirmou que o argumento é uma mentira para vender para a iniciativa privada a ideia de que o serviço público não funciona por que tem servidores demais, enganando a sociedade para que não se mova contra o desastre que vai atingir a própria população.

Sobre a teoria de que os atuais servidores não serão atingidos, o assessor explicou que vários políticos que apoiam o presidente da República têm base no serviço público, e estas pessoas não querem se indispor com sua base e dizer que vão ser atingidos pela Reforma. Segundo Nepomuceno, caso aprovado, o projeto atingirá sim os atuais servidores, pois depois da Reforma o Regime Jurídico Único vai ser extinto, os salários serão congelados e o tempo para



o servidor chegar no topo da carreira vai aumentar.

Na conversa, o assessor também destacou que os defensores da Reforma querem aproveitar o Congresso Nacional vazio devido à pandemia e ao processo eleitoral para que não haja mobilização, para que a oposição não possa agendar debates com as entidades e participar de audiências públicas. “Tem que ter discussão e audiências públicas. A Reforma vai atingir muitas áreas do serviço público e toda essa turma que será afetada tem que ir para o Congresso, participar de debates e ter acesso aos gabinetes para conversar com parlamentares e ser ouvida. Não dá para fazer um debate correto sem ninguém lá no Congresso, mas isto é o que eles querem”, enfatizou.

Confira a live completa [AQUI](#).

ANFIP participa de reunião do Conselho dos Regimes Próprios de Previdência



Ocorreu, de forma virtual, na quarta-feira (4/11), a 2ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS), que contou com a presença do Conselheiro representante dos participantes do RPPS da União, Décio Bruno Lopes, presidente da ANFIP.

A abertura da reunião foi conduzida pelo secretário de Previdência Social e presidente do Conselho, Naron Gutierrez Nogueira. Durante o encontro, foram tratados assuntos relacionados ao modelo negocial do Sistema de Compensação Previdenciária (Comprev); a proposta de novo Regimento Interno do CNRPPS; a aprovação da ata da 3ª reunião extraordinária do CNRPPS; e deliberações gerais de interesse do grupo.

Comissão ANFIP do Futuro dá continuidade à apresentação de projetos



A Comissão ANFIP do Futuro se reuniu, na quinta-feira (5/11), para prosseguir com o trabalho de análise das sugestões de projetos. A abertura da reunião foi realizada pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, que também coordena o grupo.

Durante o encontro, foram expostas pelo segundo subgrupo de trabalho, que aborda o marketing institucional, sugestões de melhoria na comunicação interna e externa da Entidade

e desenvolvimento de ações, individuais e em parceria com as Estaduais, para possibilitar mais interação e atratividade para os associados. Segundo o vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, que apresentou o projeto, o envolvimento das Estaduais é primordial para que a ANFIP do Futuro tenha sucesso.

Os integrantes da Comissão também debateram a quantidade de estados que participariam do projeto piloto de unificação das inscrições e das mensalidades, que terá mais definições na próxima reunião do grupo. O presidente Décio Bruno Lopes parabenizou a atuação da Comissão e alertou para a importância de realizar uma análise de todos os possíveis resultados da implantação do projeto.

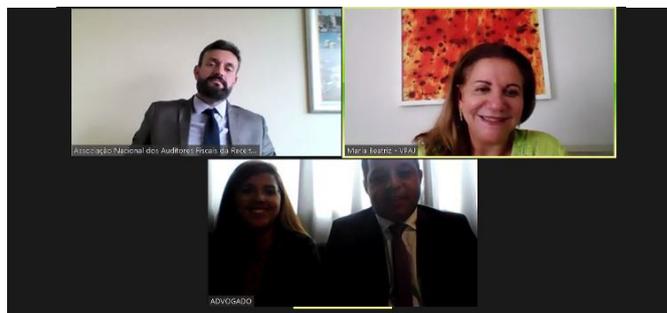
Após selecionadas pela Comissão, as propostas dos grupos serão apresentadas aos conselhos Executivo, Fiscal e de Representantes e, caso aprovadas, serão instituídas pela ANFIP.

Participaram também da reunião os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e João Alves Moreira (Administração, Cadastro e Tecnologia da Informação), além dos presidentes Carlos José de Castro (GO), Leila Sousa de Barros Signorelli (RJ), do vice-presidente da Estadual de Santa Catarina, Floriano José Martins, e das associadas Ercília Leitão Bernardo (CE) e Léa Pereira de Mattos (DF).

ANFIP atualiza rotina de trabalho junto a escritório de advocacia

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP, Maria Beatriz Fernandes Branco, e o advogado Rodrigo Cartafina, reuniram-se na quarta-feira (4/11) com os advogados Adelson Jacinto dos Santos e Bárbara Ferreira, do escritório Farag, Ferreira & Vieira, a fim de agilizar algumas atividades previstas para serem realizadas em conjunto.

Entre elas, o cronograma de implantação das regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A Lei 13.709/2020 entrou em vigor no dia 18 de setembro trazendo várias novidades para a proteção de dados de todo cidadão, incluindo dos associados da ANFIP. Todas as entidades detentoras de informações pessoais devem adequar seus procedimentos a fim de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade dos titulares. O escritório vai encaminhar as etapas a serem cumpridas no



processo de adequação e execução das atividades.

A ANFIP também solicitou o envio de relatório mensal pormenorizado das ações, com todas as informações pertinentes aos processos. O material será enviado à Entidade na próxima semana.

Conselho Fiscal realiza reunião ordinária

O Conselho Fiscal da ANFIP realizou, de terça (3/11) a sexta-feira (6/11), via plataforma digital, a reunião ordinária do colegiado. O grupo deliberou extensa pauta de atividades. O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, fez a abertura do encontro, que contou com a presença da coordenadora Assunta de Di Dea Bergamasco, de Maria Inez Rezende Maranhão, relatora, e de Lourival de Melo Lobo, primeiro suplente.

Décio Lopes enfatizou o esforço dos conselheiros neste período de pandemia a fim de manter os trabalhos em andamento e destacou o processo de adaptação de todos. “Tivemos que nos adaptar e nos reinventar. Nessa reinvenção, percebemos que o mundo gira e a gente não pode parar. Acredito que a gente nunca mais vai voltar àquilo que éramos antes. Tudo aquilo que a gente fizer, com certeza será mais produtivo que antes”, frisou.

O presidente passou informes gerais sobre a atuação do Conselho Executivo, entre eles o trabalho do jurídico em torno do pedido de *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6562, apresentada pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, sobre o Bônus de Eficiência devido aos Auditores Fiscais, e os constantes contatos com os demais patronos das ações da Entidade a fim de dar celeridade aos processos e aos acordos solicitados à Advocacia Geral da União.



Décio Lopes também falou de questões financeiras e do MRContábil, sistema de gerenciamento das execuções orçamentária, contábil e financeira da Associação, que está em fase de finalização.

O Conselho Fiscal deliberou a seguinte pauta: análise das justificativas e esclarecimentos referentes às recomendações e solicitações de esclarecimentos emitidos; análise de documentação recebida dos Conselhos de Representantes, Executivo e outros; análise dos documentos contábeis, da execução orçamentária, da movimentação financeira e emissão dos relatórios referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2020; emissão do parecer do Relatório Gerencial dos meses de julho, agosto e setembro de 2020; análise do Relatório de Auditoria Independente, referente ao exercício 2019; e assuntos gerais.

BENEFÍCIOS

Aproveite a tabela de bônus e adquira o seu Chevrolet

O fim do ano já está chegando. E essa é a oportunidade perfeita para comprar seu carro 0km com ofertas imperdíveis. Por meio da parceria com o programa Amigos Chevrolet, os associados da ANFIP têm direito a uma tabela especial de bônus na compra de veículos. A campanha também é válida para parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuge). Confira as condições e aproveite!

Este e todos os outros benefícios estão disponíveis na plataforma ANFIP Tem + Vantagens, confira [AQUI](#).



Banco Alfa oferece taxas a partir de 0,79% no consignado

Por meio de parceria com a ANFIP, o Banco Alfa oferece tarifas especiais aos associados. O empréstimo consignado tem taxa a partir de 0,79% a.m, além de prazos flexíveis e

atendimento personalizado

O convênio encontra-se na plataforma de benefícios exclusiva para associados da Entidade: anfip.temvantagens.com.br.



Associados têm descontos exclusivos em restaurantes do Clube de Vantagens

Já estão disponíveis no Clube de Vantagens a lista de restaurantes com descontos exclusivos para associados ANFIP, que podem chegar a 30%, conforme as condições.

Os associados podem acessar este e os demais benefícios na plataforma anfip.temvantagens.com.br. Aproveite!

ESTADUAIS

ANFIP-CE participa da campanha “Destinação do Imposto de Renda”

O presidente da ANFIP-CE, Estadual no Ceará, Gilson Fernando Ferreira de Menezes, foi o mediador do debate “Destinação do Imposto de Renda”, realizado na quarta-feira (4/11) pela Campanha Destinação, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Casa dos Amigos de Russas. A live foi transmitida pelo canal da UFC, Campus de Russas, no youtube.

Maria Joselice Lopes de Oliveira (analista tributária da Receita Federal do Brasil), José Aeronízio Alves (contador), Ana Paula Nogueira da Silva (Conselho Municipal de Defesa

dos Direitos da Criança e do Adolescente) e Silmara Morgana Moreira Rodrigues (Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos) deram suas contribuições para o evento.

Ao final, foi apresentada a realidade do potencial de recursos que o Ceará é detentor, onde as destinações não alcançam nem 2% desse total. Especificamente sobre o município de Russas, dos mais de 1.500 contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física, menos de 10 fizeram a destinação na declaração do imposto de 2020.

Confira a íntegra do debate [AQUI](#).

RS: Agafisp revitaliza apartamento por temporada em Gramado

O presidente Luiz Carlos Silva e a diretora Administrativa Tânia Garcia, da Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, fizeram vistoria nas instalações do apartamento 305 do Edifício Di Pasqual, sito à Av. Borges de Medeiros, 2381, no centro de Gramado (RS), disponível para utilização dos associados.

Diversas providências de revitalização de móveis e utensílios foram tomadas, depois de autorizadas em reunião da Diretoria,

tendo sido adquiridos novos enxovais de cama e banho para o conforto de nossos sócios.

Foi feito também um vídeo explicativo orientando sobre a abertura do sofá-cama e um inventário de todos os móveis e utensílios. A prestadora de serviços de limpeza recebeu orientações para reforçar os trabalhos de higienização quando ocorrerem os check-outs.

ANFIP discute PEC da Reforma Administrativa na TV Senado



Qual é o objetivo da Reforma Administrativa? Ela é necessária? Essas e outras perguntas foram respondidas no TV Senado Live de sexta-feira (6/11). O programa, apresentado pelo jornalista Thiago Tibúrcio, recebeu o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart, para discutir o tema.

Durante o programa, Décio Lopes afirmou que a PEC 32/20 (Reforma Administrativa) precisa ser ajustada pois, se for aprovada da forma que está, trará instabilidade e insegurança para o serviço público. Além disso, destacou que grande parte do que está previsto na proposta também poderia ser feito por legislação ordinária ou complementar.

O presidente também demonstrou preocupação com o fato de a Reforma não abranger os privilégios de outros Poderes. “Temos a impressão de que temos três Estados distintos e distantes, um seria o Poder

Executivo, outro seria o Legislativo e o por último o Judiciário”, lamentou, lembrando que, quando se fala em redução de gastos e de privilégios, a PEC não se aplica aos membros de Poder Judiciário e Legislativo, onde se encontram os super salários. “Na verdade, se é uma emenda à Constituição para fortalecer o Estado brasileiro, deve ser o Estado como um todo nas suas três funções e não separados”, completou.

Wagner Lenhart explicou que a PEC representa o início de uma jornada de transformação e modernização da administração pública. “Um processo como esse não se faz com um único ato, a PEC 32/20 é um primeiro passo, mas depois deste, outros precisarão vir para fazer a transformação da gestão pública”, frisou.

Quanto ao foco da Reforma, Lenhart afirmou que deve ser no desenvolvimento do serviço público, em melhorar os indicadores e atender melhor a população. “Esse é o olhar que todos que estão discutindo o tema precisam ter, pois é um ponto central”, destacou. Outra questão considerada relevante para o secretário é o processo de transformação digital. Segundo ele, para enfrentar os desafios do futuro e atender melhor a população é fundamental este momento de modernização e atualização do serviço público.

Apesar de concordar que o governo

digital é uma excelente forma de atendimento ao cidadão, Décio Lopes criticou a precarização do serviço público, que segundo o presidente, vem acontecendo há muito tempo. “Não é de agora, e cada vez ela se acentua em decorrência da falta de pessoal e da escassez de recursos para que o cidadão seja bem atendido e todos os serviços cheguem efetivamente quando a população necessitar”, complementou.

A proposta, conforme expôs Décio Lopes, traria a regressão do modelo de contratação. A Constituição Federal de 1988 trouxe o Regime Jurídico Único para que o Estado tivesse controle sobre os custos de pessoal e de folha de pagamento. Porém, com a aprovação da PEC estaria regredindo com a instituição de diversos vínculos de contratação de servidores. Segundo ele, haverá uma instabilidade muito grande e o serviço ficará à mercê do relacionamento entre servidores e chefia imediata. “Na verdade, a proposta em si não garante a redução de custo do serviço público como defendem. O concurso deve ser o meio efetivo para que haja contratação do servidor, é uma garantia de que o Estado vai continuar prestando serviços. A estabilidade é essencial para que não ocorram interferências políticas na prestação de serviços”, destacou.

Confira a entrevista [AQUI](#).